



Art. 7º O Canal de Denúncias de Situações de Racismo foi instituído com acesso digital e sigiloso, via página oficial do Tribunal, e possui as seguintes funcionalidades:

- I - permitir o envio de denúncias anônimas ou identificadas;
- II - garantir confidencialidade e segurança dos dados recebidos;
- III - viabilizar resposta institucional, quando aplicável;
- IV - encaminhar os casos recebidos para apuração pelas instâncias competentes.

§ 1º Na hipótese de comunicação encaminhada por meio físico, *e-mail*, telefone ou presencialmente, promover-se-á a sua inserção imediata no sistema informatizado.

§ 2º A Direção-Geral do Tribunal de Justiça realizará a análise inicial da comunicação de irregularidade.

§ 3º A denúncia de racismo recebida será encaminhada ao Comitê de Compliance, que elaborará parecer e o enviará, juntamente com os demais documentos à comissão de ética ou ao órgão de apuração.

§ 4º Aplica-se, subsidiariamente, a Portaria n.º 2.209, de 06 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a comunicação, recebimento e tratamento das comunicações de irregularidades no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 5º A Secretaria de Comunicação promoverá a ampla divulgação do canal.

Art. 8º A Portaria n.º 3.028, de 9 de abril de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Ao comunicar o evento ou capacitação, os responsáveis deverão observar:

§ 1º O cumprimento do requisito de participação equânime entre homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, garantindo a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres nos eventos e capacitações, e pelo menos 20% de pessoas negras, sempre que possível, sobretudo quando o evento não seja racial, conforme a Resolução n.º 255, de 4 de setembro de 2018, com redação dada pela Resolução n.º 540, de 18 de dezembro de 2023, Resolução n.º 519, de 11 de setembro de 2023, e Portaria n.º 100, de 10 de abril de 2025, ou outras normas que vier a substituí-las.

.....” (NR)

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 17 de outubro de 2025.

Desembargador DORIVAL RENATO PAVAN
Presidente

EDITAL Nº 02/2025

VI CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO VI CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA E DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Resolução nº 341/2025 e Portaria nº 3.082/2025, nos termos do disposto no item 3.5.2 do Edital nº 01/2025, publicado no DJE nº 5731, de 6/10/2025, torna pública a todos os interessados e a comunidade em geral a designação da **audiência pública de sorteio das serventias extrajudiciais destinadas a vagas a serem preenchidas pelos candidatos portadores de deficiência, pelos candidatos negros(as) (pretos(as) e pardos(as)) e pelos candidatos indígenas**, a ser realizada no **dia 3 de novembro de 2025, às 15h (horário local)**, no Plenário do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, situado na Avenida Mato Grosso, Bloco XIII, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS.

A audiência será transmitida ao vivo pelo canal do YouTube Oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (<https://www.youtube.com/user/TJMSJornalismo>), com possibilidade de acesso pelo link que será disponibilizado no dia do evento, em banner de divulgação no portal do TJMS (www.tjms.jus.br).

Campo Grande, 20 de outubro de 2025.

(a) Desembargador Ruy Celso Barbosa Florence
Presidente da Comissão do Concurso
Corregedor-Geral de Justiça

Secretaria da Magistratura

Portarias assinadas pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador DORIVAL RENATO PAVAN, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em 8/10/2025.

O Desembargador DORIVAL RENATO PAVAN, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições,